

A Articulação de uma ação hegemônica: Informação, Museu, Representação

José Mauro Matheus Loureiro¹

(Grupo Temático: Informação e Sociedade / Ação Cultural)

A síntese aqui apresentada compreende o resultado de pesquisa, institucionalmente aprovada pelas instâncias competentes da Universidade do Rio de Janeiro, desenvolvida e finalizada no período de 2000 a 2002. Trata-se de, dando prosseguimento aos estudos desenvolvidos durante o doutoramento no DEP/IBICT-ECO/UFRJ, analisar o processo de divulgação científica articulado por meio da informação/objeto musealizado no universo das instituições museológicas científicas a partir do conceito de hegemonia, considerando suas características técnicas, organizacionais, políticas e culturais, bem como sua articulação com os processos de transferência da informação e os aspectos relacionados à prática dos agente museais.

1. Museu Científico, Informação, Representação

O conceito de museu apresenta heterogênea e variável extensão conceitual caracterizada pela multiplicidade de abordagens. Não é possível, portanto, apontar um conceito preponderante acerca do espaço museológico. Para os fins aqui propostos configuramos o fenômeno museu como espaço de memória, cuja preservação do passado destinar-se-ia a embasar as ações do presente voltadas à construção do futuro.

As instituições museológicas científicas da atualidade teriam seu perfil delineado ao longo do tempo. Originadas no colecionismo exercido durante os séculos XV e XVI, os museus de ciência incorporariam ainda elementos advindos dos “gabinetes de curiosidades”, das

¹ Mestre e Doutor em Ciência da Informação (DEP-IBICT/ECO-UFRJ). Professor da Universidade do Rio de Janeiro. josemauro@darwin.com.br

particularidades trazidas pela ascensão da burguesia ao poder, do Imperialismo e do panorama científico e ideológico do século XIX. Embora as instituições museológicas científicas contemporâneas venham sofrendo inúmeras transformações relativas à sua função e identidade, muitos dos traços adquiridos em diferentes contextos sócio-históricos integram ainda seu perfil e suas atividades.

Os museus científicos públicos brasileiros, criados durante o século XIX, solidificaram seus perfis entre os anos de 1870 e 1930, período designado por SCHWARCZ (1989, p. 27) de “A era dos museus no Brasil”. A partir da década de 1870 decresce no Brasil o predomínio dos pesquisadores estrangeiros e têm início, baseado em novos horizontes filosóficos e políticos, transformações nas perspectivas intelectuais brasileiras acerca da situação nacional. O mais destacados museus científicos brasileiros à época - Museu Emílio Goeldi, Museu Nacional, Museu Paulista - têm uma expressiva participação nesse processo.

Considerar as perspectivas informacionais no interior dos museus pressupõe abordar inicialmente o objeto musealizado. Este último, essencial e determinante às práticas museológicas, quando agregado aos acervos institucionais museológicos sofre uma série de ações modelizadoras destinadas a prover-lhe usos e características específicas. Desse modo, o objeto é destituído de suas funções primárias e re-significado a fim de tornar-se documento da realidade primeira de onde foi retirado.

Ampla e heterogênea extensão conceitual caracteriza as abordagens ao fenômeno informacional. Assim considerando, optamos por adotar a interpretação de Farradane (1980, p.77) o qual entende a informação como representação ou substituto físico do conhecimento. A partir deste pressuposto, instrumentalizamos a noção de informação/objeto musealizado, a qual se configuraria o elemento sobre-determinante das práticas museológicas:

“(...) representação do mundo sensível, através de bens concretos e simbólicos, produzidos e/ou coletados pelos agentes sociais. Incorporados ao ambiente museal, estes bens sofreriam ainda a agregação de significados advindos de abordagens técnicas e institucionais.” (Loureiro, 1996, p. 64)

A perspectiva de Farradane permite, ainda, destacar o núcleo estrutural do ambiente museológico: a representação do objeto musealizado.

A partir dos quadros da Ciência da Informação, Gonzalez de Gómez (1993, p. 218) caracteriza a representação como constructo sócio-cultural constituído nas relações intersubjetivas. As abordagens à noção de representação no âmbito da Ciência da Informação, de maneira geral, encontram-se vinculadas aos sistemas de recuperação da informação. Por outro lado, faz-se necessário assinalar que tais sistemas recuperam, na verdade, representações. Estas, não importando o instrumento de sua concretização, são sempre condicionadas por fatores de ordem orgânica, subjetiva e cultural que as tornam limitadas e arbitrárias.

Diferentemente dos sistemas de informação tradicionais que buscam prover eficiente e eficaz contato entre usuários e fonte de informação, no âmbito museológico os sistemas de recuperação da informação privilegiam as necessidades de implementação das práticas museais. Tais práticas, dentre as quais destacamos as empregadas no ambiente expositivo museológico, articulariam os discursos museais a partir de uma lógica ordenadora da gestão informacional voltada para as demandas institucionais sem distinguir a transferência de informação ao usuário. O efetivo contato do usuário com a informação dar-se-á por meio de construções representacionais, erigidas na exposição museológica, sobre as quais são

empreendidas ações modeladoras a partir de recortes históricos e sócio-culturais circunscritos a interesses institucionais e ideológicos.

Abordar as construções representacionais no ambiente museológico científico, requer delinear a ciência, o objeto de sua temática.

2. Ciência como discurso competente

A ascensão da burguesia como classe dirigente e a difusão de um tipo específico de racionalidade e discurso, favorecem o desenvolvimento da ciência tal como hoje a conhecemos. Como observa Fourez (1995, p.30), aspirando dominar o mundo e controlar o meio ambiente, a ideologia burguesa configurou-se “(...) um instrumento intelectual que permitiu à burguesia, em primeiro lugar suplantar a aristocracia e, em segundo lugar, dominar econômica, política, colonial e militarmente o planeta.”

A expansão da sociedade capitalista e industrial, somada às necessidades técnicas oriundas de tal expansão, conduz a ciência a tornar-se, de acordo com Japiassu (1977, p. 13), um poder onipotente, uma “(...) mágica temida e admirada” cuja produção de conhecimento passa a se dar em níveis industriais. Transformada em “paradigma por excelência de toda verdade”, poder e ciência se interpenetram, levando esta última a apresentar duas vertentes: saber e poder. A importância da ciência para as forças produtivas faz com que prepondere o “saber para poder”.

Nesse sentido, acreditamos que a ciência torna-se aquilo que Chauí (1982, p. 14) denomina o discurso competente. Para a autora, este discurso, como discurso do conhecimento proferido pelo especialista, parte de lugares específicos da hierarquia organizacional. Configura-se um conhecimento instituído ou ciência institucionalizada “(...) e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação”.

A eficácia e preponderância do discurso da competência como discurso do conhecimento provém da afirmação e aquiescência implícitas da inaptidão forjada dos atores enquanto sujeitos sociais e políticos. É a partir dessa inferência que os dois aspectos do discurso competente se tornam um só. A explicitação e manutenção desse discurso exigem que os sujeitos sejam restringidos à condição de objetos sociais e é nesse momento em que se dá tal ocorrência que o discurso do conhecimento irrompe buscando restituir aos objetos sócio-econômicos e sócio-políticos a qualidade de sujeitos que lhes foi retirada. Entretanto, esse fato se mostra enganoso na medida em que ocorre unicamente uma mudança, para o ambiente individual e privado, do discurso do conhecimento cujos princípios estão traçados pela esfera da burocracia e da organização. Assim sendo, a reificação encontrada na competência do discurso do conhecimento se encontra na competência individual e privada. A ilusão criada para que os objetos sócio-econômicos e sócio-políticos se acreditem sujeitos se dá por meio de discursos “segundos” ou “derivados”, compreendidos como discursos que ensinarão aos sujeitos os modos apropriados de relacionamento com o mundo e com os demais atores sociais. Dessa maneira, o sujeito relaciona-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os outros seres humanos a partir de modelos científicos isentos de uma verdadeira dimensão humana. Em lugar dessa dimensão se colocam processos

“(…) mediadores e promotores da ciência que impõem uma submissão à linguagem do especialista que detém os segredos da vida vivida, e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber”. (Chauí, 1982, p. 17)

A submissão por esse discurso competente, no entanto, ocorre em um nível mais profundo, pois exige a interiorização de suas regras. Quem a isso se nega pode enxergar a si como

“(...) impotente, anormal, a-social, como detrito e lixo” (Idem). A interiorização de tais regras é imposta de maneira a afirmar a competência para viver. Tal interiorização teria como uma de suas vertentes as construções representacionais da informação/objeto musealizado de cunho científico apresentadas nas exposições museológicas. Assim considerando, as ações de divulgação dos acervos científicos no âmbito museológico configurar-se-ia uma construção e retórica representacionais que refletiria uma prática hegemônica.

3. A categoria de Hegemonia em Gramsci

A categoria de hegemonia foi inicialmente empregada por Lênin em relação à Revolução Democrático-Burguesa de 1905 relacionando-se à função dirigente da classe operária. Gramsci retoma a categoria em apreço a fim de analisar a unidade dos domínios alcançados pelas classes dirigentes e o Estado. Para tanto, desenvolve, inicialmente, a noção de bloco histórico, isto é: “(...) a articulação precisa numa situação histórica determinada, entre a estrutura social (as classes) e a superestrutura ideológica e política”(Gramsci, 1995, p. 121). A ocorrência da união e do consenso em tal contexto se daria nos quadros da cultura, mostrando os aspectos políticos e ideológicos essenciais nesse processo. Desse modo, se dá a ocorrência de um processo no qual ainda que as classes populares possuam interesses contrários “(...) ao sistema, são basicamente subordinadas; porque não têm sua própria concepção de mundo, sua própria cultura, mas absorveram a cultura de classes dominantes de maneira heterogênea, desorganizada, passiva.” (Idem.)

Assim, GRAMSCI (1991, p. 28) configura a hegemonia como processo permeado pelo consenso e a orientação cultural nos quais não prevalecem o uso da coerção, da força ou da ingerência “(...) legislativa e estatal ou policial”. Esclarece, ainda, a instância a partir do

qual se dá o exercício da hegemonia ao salientar a existência de dois patamares superestruturais, isto é, aquele denominado de

"(...) 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas". (GRAMSCI, 1979, p. 10-11)

O processo de hegemonia - não se restringindo aos limites da nação, mas alcançando o âmbito internacional - caracteriza-se obrigatoriamente uma ação pedagógica possuidora em seu princípio teórico-prático, segundo GRAMSCI (1991, p. 37), de valor gnoseológico. Isso porque a concretização de um

"(...) aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico" (GRAMSCI 1991, p. 52).

Discordando do economicismo o qual não reconhece serem as "(...) expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual" (GRAMSCI, 1991, p. 33) oriundas das necessidades econômicas, assinala o autor o equívoco de se considerar que a ocorrência concreta do fato hegemônico enseja elementos de sujeição da classe ou fração de classe hegemônica.

A origem teórica do conceito de hegemonia repousando em "(...) uma análise comparativa dos tipos de tomada de poder pela burguesia, uma teoria e uma prática da revolução"

(BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 70), foi dentre os conceitos propostos e refletidos por GRAMSCI, o que sofreu maiores transformações. Inicialmente vinculado a uma "(...) estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado)" (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 69) mais tarde, frente ao desenvolvimento do conceito de aparelho de hegemonia, o conceito de hegemonia passou a abarcar as ações da classe dominante e progressivamente, ainda, as estruturas do Estado. A hegemonia não se restringe somente ao momento cultural e não encontra seu fim nas ações dos intelectuais enquanto elo relacional entre base e superestrutura.

Adverte BUCI-GLUCKSMANN (1990, p. 81) que, embora compreenda articulações dirigidas para a manutenção do "(...) consenso das massas para uma política das classes" (Idem.), a hegemonia não deve ser circunscrita e/ou confundida com a noção de 'ideologia dominante' tal como desenvolvida na obra marxiana e nem tampouco com os 'mecanismos de legitimidade' presentes nas proposições weberianas.

O conceito de hegemonia no pensamento gramsciano, consoante Gruppi, é concebida enquanto direção e domínio, isto é, "(...) como conquista, através da persuasão, do consenso" (GRUPPI, 1978, p. 58, grifo nosso.) e forma de oposição e luta contra as classes oponentes. A hegemonia atua não apenas no âmbito do econômico e político da sociedade, "(...) mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer" (GRUPPI, 1978, p. 3, grifo nosso.). As classes dominantes impõem sua concepção de mundo, permeada pela ideologia que atende à sua função histórica e a seus interesses, às classes dominadas. A concepção de mundo das primeiras atinge as classes subalternas por vários meios "(...) através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia" (GRUPPI, 1978, p.68).

A concepção de mundo dominante torna-se em meio as classes dominadas instrumento de manutenção da uniformidade ideológica do bloco social que se apresenta heterogêneo e atravessado por contradições de classe. Portanto, no universo gramsciano, a hegemonia é "(...) a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social" (GRUPPI, 1978, p. 70) e não se restringe somente ao aspecto político, mas compreende "(...) um fato cultural, moral, de concepção do mundo" (GRUPPI, 1978, p. 73). Desse modo, Gruppi (1986, p. 82) interpreta o conceito de hegemonia enquanto um processo no qual amplas parcelas das camadas populares, não obstante apresentem interesses contrários aos da classe ou fração de classe dominante, "(...) são basicamente subordinadas" (Idem, grifo nosso) em virtude de não possuírem uma concepção de mundo e cultura próprias, "(...) mas absorveram a cultura das classes dominantes de maneira heterogênea, desorganizada, passiva." (Idem)

Mendonça (1995, p. 69), por sua vez, apreende a hegemonia como

"(...) a direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade, pela via consensual - e não pela coerção explícita - resultante, por isso mesmo, da única dimensão unificadora e organizadora de agentes sociais em permanente estado de disputa (explícita ou latente): a cultura. Deter a hegemonia equivale a fazer valer um dado conjunto de representações, práticas, valores, projeto cultural, em suma, aceito por todos, ainda que inconscientemente e, mais que isso, partilhado, malgrado nuances, desavenças ou mesmo conflitos, devendo estes últimos ser apreendidos como tentativas de criação do contra-hegemônico, i.e., de disseminação/aceitação de um projeto alternativo pelo conjunto social".

Inter-relacionado os conceitos de hegemonia e bloco histórico - este último definido por Gramsci (1991, p. 12) como "(...) unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos" - PORTELLI (1990, p. 65), mostra que as reflexões gramscianas acerca da hegemonia e da sociedade civil ressaltam a fundamentalidade da direção cultural e ideológica e "(...) a base de classe de tal direção" (Idem.). O monopólio intelectual constitui-se no elemento fundamental da hegemonia da classe dirigente, ou seja: a "(...) atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais" (PORTELLI, 1990, p. 65).

A construção da hegemonia pressupõe a existência de seus produtores, os intelectuais. Gramsci (1979) propõe um tipologia desta categoria na qual se destacam: o intelectual orgânico, ou seja, aqueles " (...) que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo" (GRAMSCI, 1979, p. 4) e o intelectual tradicional, isto é, aquele que se encontra ligado ao modo de produção precedente onde era um intelectual orgânico.

Os intelectuais não se constituem uma camada social independente, mas se encontram subordinados à classe ou frações de classe dominante às quais provêm "(...) a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político" (GRUPPI, 1980, p. 80). São os intelectuais que erigem a ideologia da classe dominante, convertendo-a posteriormente em 'concepção de mundo'

"(...) que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir e 'estrutura ideológica' da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc.) e de seu material de difusão ('mass media')" (GRUPPI, 1980, p. 87)

A nosso ver, convém acrescentar, ainda, que o conceito de hegemonia mostrar-se-ia uma expressiva teoria que enseja uma contribuição interpretativa fundamental às investigações acerca dos fenômenos essenciais aos heterogêneos e complexos domínios do social. Ensejando refletir sobre a estrutura econômica, a organização política, o pensar, o conhecer e a ideologia, o conceito de hegemonia permite-nos articular abordagens nos quais os quadros históricos, político-jurídicos, sócio-culturais e econômicos se forjam e interpenetram.

4. Considerações Gerais

Acreditamos que as ações de representação da informação/objeto musealizado articuladas no interior dos museus científicos reproduzem a preponderância de linhas conceituais e metodológicas provenientes de um modelo científico excludente, cujas constiuições paradigmáticas alijam interpretações e visões de mundo diferenciadas. Amparada em uma ordem sacralizadora, promotora da ciência a uma instância que paira acima e externamente à sociedade, a representação objeto/musealizado de cunho cientificista privilegia interesses e projeos de uma fração do social e uma única interpretação do social excluindo conflito, a pluralidade, a diferença o diálogo. Dessa forma, a representação/objeto musealizado promoveria um consenso cristalizador que impediria a confluência de saberes, a inter-relação de visões de mundo e periferizaria uma interpretação heterológica do real.

A lógica que presidiria as construções informacionais da produção museológica científica, inseridas em um processo hegemônico, configurar-se-ia em um arbitrário que, ao desconhecer e desacreditar formas outras de conhecimentos, exclui a participação de segmentos sociais determinados da construção do saber e se volta à legitimação e à ordenação sócio-políticas e culturais vigentes. Os museus ao gerir e difundir os acervos

científicos estariam voltados, prioritariamente, para as demandas das classes ou frações de classes dominantes em detrimento do público.

Entendido como campo informacional, o museus científicos encontram-se permeados de valores, significados e modelos interpretativos das classes ou frações de classes dominantes caracterizando-se como universo privilegiado de práticas hegemônicas.

BIBLIOGRAFIA

BUCCI-GLUKSMAN, Cristine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

FARRADANE, J. Knowledge, Information, and Information Science. **Journal of Information Science**, n. 2, 1980.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p. 218, set.-dez. 1993.

JAPIASSU, Hilton. As máscaras da ciência. **Ciência da Informação**. v. 6, n. 1: pp. 13-15, p. 1977.

GRAMSCI, Antonio . **Concepção dialética da História**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio . **Concepção dialética da História**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LOUREIRO, José Mauro M. **Labirinto de paradoxos**: informação, museu, alienação. 2000. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) IBICT/CNPq-ECO/UFRJ, 2000, Rio de Janeiro. Orientadores: Lena Vânia R. Pinheiro, José Maria Jardim.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Representação e museu científico**: o instrutivo aparelho de hegemonia. 1996. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - ECO/UFRJ – CNPq/IBICT, 1996, Rio de Janeiro. Orientador: Heloísa Tardin Christóvão.

MENDONÇA, Sonia Regina. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**. A Invenção do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

SCHWARCZ, Liliam K. M. O nascimento dos museus no Brasil: 1870-1910. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1, São Paulo: Vértice/ Editora dos Tribunais/IDESP, 1989.